

LEITORES, AUTORES, LEITURAS

Resumo: Com base em desdobramentos metodológicos recentes da Análise do Discurso, procuramos pôr em evidência os *modos de dizer*, examinando-os à luz das relações entre coerções genéricas e usos da língua, para verificar como as representações entre interlocutores participam das práticas sociais, configurando as *cenas da enunciação*. Focalizamos aqui o concurso Literatura para Todos (2006, 2008).

Palavras-chave: leitura, autoria, cenas da enunciação

SOBRE A TEORIA, ENLACES E ATRAVESSAMENTOS

Partamos de um mote: uma passagem de Pierre Bourdieu, da aula inaugural que proferiu no Collège de France em 1982:

Todo mundo sabe, por experiência própria, que aquilo que faz correr o alto funcionário pode deixar o pesquisador indiferente, e que os investimentos do artista permanecem ininteligíveis para o banqueiro. Isso quer dizer que um campo só pode funcionar se encontra indivíduos socialmente predispostos a se comportarem como agentes responsáveis, a arriscarem seu dinheiro, seu tempo, às vezes sua honra ou sua vida, para perseguir os objetivos e obter os proveitos decorrentes, que, vistos de outro ponto de vista, podem parecer ilusórios, o que afinal sempre são, na medida em que repousam sobre aquela relação de cumplicidade ontológica entre o hábito e o campo, que está no princípio da entrada no jogo, da adesão ao jogo, da "illusio"¹.

Assim é que estas reflexões sobre leitura desdobram-se de reflexões desenvolvidas sobre a formação da autoria no mercado editorial², ambos temas (ou campos?) de pesquisa que impõem abordagens interdisciplinares ou, pelo menos, que se considere sua condição transdisciplinar constitutiva: autoria e leitura (e, portanto, autores e leitores) são categorias de problemáticas amplas, tanto na pesquisa acadêmica

¹ BOURDIEU, P. *Lições de aula*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 52.

² SALGADO, L. S. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2007.

quanto na construção cotidiana do espaço vivido dos homens. Nos estudos da leitura e da autoria desenvolvidos no âmbito da Educação, essa interdependência de conhecimentos fica bastante clara. Sobretudo no que tange aos livros didáticos e à formação de professores de língua portuguesa, que logo põem em questão essa imbricação entre as práticas de leitura e as de escritura, além de todas as implicações que têm com outras práticas escolares e, mais além, outras práticas sociais.

No Brasil, dentre diversas formas de organização pública, privada e do terceiro setor dedicadas a isso, temos, por exemplo, uma entidade do porte da ALB – Associação de Leitura do Brasil, que desde a década de 1970 organiza-se "pela garantia do direito à palavra", conforme se apresenta. Essa associação se constituiu como um veículo de expressão de diversos segmentos sociais, especialmente dos professores de ensino básico, reunidos em torno da promoção da leitura e do texto escrito. Viabilizando publicações desde um período em que havia poucas possibilidades de difusão de certos temas, há 30 anos promove o Congresso de Leitura do Brasil - COLE e há 27 publica a revista *Leitura: Teoria & Prática*. Numa ampla rede solidária, agora com alcance internáutico, além dos conteúdos de seu sítio na internet, veicula nos informes enviados aos e-mails cadastrados desde informações sobre os congressos e as publicações que vende *on line* a recomendações de eventos direta ou indiretamente ligados aos livros e à leitura, manifestos variados e solicitações de adesão a campanhas as mais diversas, como a "Campanha da Mamografia Digital Gratuita", por exemplo.

Temos também uma bibliografia farta, que reúne trabalhos importantes ligados às questões de leitura, dentre os quais muitos abordam as condições de circulação e recepção dos textos como fundamentais para a formação de leitores. No que diz respeito às relações entre leitura e escritura, há já uma tradição de estudos que, no Brasil, estão

bastante ligados a referências como o historiador Roger Chartier, entre outros que tratam de pensar a leitura e a escritura como práticas sociais e, portanto, diretamente ligadas a outras práticas, sobretudo às de produção material dos suportes dos textos e suas respectivas circulações.

E há ainda abordagens que atravessam as vertentes lingüísticas, sociológicas e historiográficas. É o caso da discussão sobre propriedade intelectual, com questões relativas ao *common rights* e ao *copyleft*, e a toda a produção cultural que hoje, cada vez mais, remete às questões do re-trabalho, da cópia, da imitação etc.³ É o caso também dos estudos voltados a aspectos psicológicos e neurolingüísticos envolvidos na produção de *softwares* e outros produtos educacionais e terapêuticos que visam a compreender, estimular ou tratar processos ligados às habilidades de escrever e ler.⁴

Aqui, assumindo a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD), somos levados a pensar sobre a leitura e a escritura em termos de *atividade linguageira*, o que significa que delimitamos um objeto – que são práticas discursivas, portanto atividades que sempre envolvem material lingüístico – reconhecendo sua heterogeneidade constitutiva, logo, os múltiplos feixes de relações que compõem o espaço vivido e, assim, constituem a rede interdiscursiva em que se linearizam os dizeres – que, na dinâmica histórica, tocam-se, chocam-se, enfrentam-se, fundem-se...

Segundo a conhecida formulação, o analista do discurso deve ser um lingüista e ao mesmo tempo deixar de sê-lo. Podemos dizer que o analista examina o fio discursivo, as linearizações textuais dos discursos, os dizeres e os ditos na sua imbricação com o extra-lingüístico. Trata-se de descrever e interpretar a pluralidade de

³ A esse respeito, ver WOODMANSEE, M.; JASZI, P. (eds.). *The Construction of authorship – textual appropriation in law and literature*. London: Duke University Press, 2006.

⁴ A esse respeito, ver LANGAGES, n. 164, dez. 2006. Paris, Centre Nacional du Livre. Dossier La révision de texte. Méthodes, outils et processus.

funcionamentos lingüísticos que tecem as discursividades, considerando as condições de produção e também os modos de recepção⁵, o que significa pensar nos sujeitos como interlocutores a produzir e fazer circular enunciados.

Em sua reflexão teórica de 1983, Michel Pêcheux diz, a respeito da relação entre descrição e interpretação como bases do método analítico, que

(...) o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível. Por outro lado, dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre "não importa o quê": a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do próprio espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico.⁶

Foi nessa direção que a AD seguiu, podendo ser pensada como "um caso de múltiplas rupturas":

... concebida dessa perspectiva, a AD não é, portanto, o acréscimo de uma pitada histórica, cultural, ideológica, psicológica ou psicanalítica ao que diz a lingüística, em seus diversos compartimentos. Não é simplesmente a fonoestilística, a conotação, a sintaxe voltada para o falante, a semântica a que se acrescenta o tempero do contexto, ou o texto como efeito de um processo. A AD pode tratar de cada um desses "temas" – mas os tratará *rompendo* com o que a lingüística faz em cada um deles⁷ (grifo do autor).

⁵ A esse respeito, ver COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político – derivas da fala política*. São Carlos: Claraluz, 2006.

⁶ PECHEUX, M. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 2002. p. 54-55.

⁷ POSSENTI, S. "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas". In MUSSALIM & BENTES (orgs.). *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 357.

Para a AD, os sentidos do material lingüístico se produzem nas relações entre formações discursivas, as quais relevam das formações ideológicas, ligadas, por sua vez, às implicações entre formações econômicas e formações simbólicas. Para a AD, há *efeitos de sentido produzidos entre interlocutores*, e estes são sujeitos que enunciam em dadas condições, sendo que só ao enunciarem é que se constituem como tal⁸.

AUTOR E LEITOR COMO SUJEITOS DA ENUNCIAÇÃO

Desde a publicação de "Análise Automática do Discurso" (AAD, de 1969), Pêcheux empreendeu esforços para definir o discurso como um objeto que exige um entendimento do *gesto como ato simbólico*, considerando que os fenômenos lingüísticos têm um *funcionamento*, e que esse funcionamento não pode ser definido "senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos 'condições de produção' do discurso."⁹ Então, para estudar um discurso, "é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção."¹⁰

Nesse mesmo texto, discutindo o legado de Saussure, Pêcheux trabalha fundamentalmente essa questão, formulando um quadro das formações imaginárias envolvidas no que chama de *processo discursivo*:

O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, que serão designadas aqui da seguinte maneira:

⁸ AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade* – um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

⁹ In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 78. (grifos originais)

¹⁰ Idem, p. 79. (grifos originais)

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Acabamos de esboçar a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção.¹¹

Com base nisso, Pêcheux vê *relações de força e relações de sentido* constitutivas das discursividades, feitas de um *tecido de elementos solidários* que as identifica, articuladas que estão, por definição, a séries discursivas em que há uma nota tônica. Esse fundamento, assim como a proposição de que a língua tem uma autonomia relativa, permanece nos trabalhos de Pêcheux mesmo depois da revisão que faz do primeiro momento de suas teorias. Na AD-2 (levada a público a partir de 1975), Pêcheux investe num deslocamento filosófico: as *formações discursivas* passam a ser entendidas em relação a um "exterior", e ganha espaço, nesse período, a noção de que uma formação discursiva é sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações) que se repetem nela, definindo-lhe evidências fundamentais. Importam, aí, as relações entre discursividades, e a noção de interdiscurso aparece designando o *exterior específico de uma formação discursiva*. Entende-se que não há um equilíbrio de fronteiras exaustivamente identificáveis, mas uma movimentação interdiscursiva, na qual há pontos de encontro e pontos de

¹¹ Idem, p. 83.

confronto. Constroem-se, desse modo, percursos discursivos em que as linhas caracterizadoras convivem com derivações menos ou mais suspeitadas.

Em termos de análise, essa dinâmica passa a ser abordada com lastro na materialidade textual, uma vez que "o preconstruído fornece a ancoragem lingüística da tomada do interdiscurso"¹², e seu efeito "é o de uma distância entre o que foi 'pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está na afirmação global da frase' (...) o traço de relações de distância entre o discurso atual e o discursivo já-lá"¹³. Trata-se de uma identidade apreensível por meio de uma filiação verificável.

Seguindo adiante, creio que podemos dizer que os discursos são sistemas de restrições semânticas (de condicionamentos dos sentidos dos dizeres) indissociáveis das práticas sócio-históricas (condicionantes dos lugares assumidos pelos sujeitos e dos modos de dizer que os definem). Por isso, podemos falar em *práticas discursivas*, as quais, ligadas a outras práticas, delimitam as cenas enunciativas, as formas de aparecimento dos enunciados e sua localização na rede interdiscursiva: certos discursos podem e devem dizer certas coisas de certas maneiras, e não podem ou não devem dizer outras ou valerem-se de outras maneiras de dizer, sob pena de se diluírem ou se desfigurarem, por violarem regras condicionantes de sua existência.

Ocorre que, mesmo delineadas por regularidades semânticas, ligadas aos temas de que tratam e ao modo como os tratam, as práticas discursivas não são monolíticas e uniformes; os discursos (ou práticas discursivas) delimitam-se no encontro e no confronto com outras práticas, discursivas ou não, e é dessa dinâmica que relevam os fios de discurso, suas linearizações textuais. O deslocamento filosófico com que

¹² MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003. p. 34.

¹³ Idem, p. 48.

Pêcheux revê, na AD-2, a idéia de uma maquinaria discursiva renovou os procedimentos de análise justamente por levar em conta a heterogeneidade constitutiva dos discursos, que, atravessando-se uns aos outros numa lógica histórica, não se opõem dois a dois, nitidamente, num esquema a favor ou contra alguma coisa apenas.

Na chamada AD-3 (levada a público a partir de 1980), a consideração da alteridade se põe com força analítica, com o quê a análise do material lingüístico passa a fazer parte não de outra etapa metodológica, mas do estudo "da *construção* dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos 'pontos de vista' e 'lugares enunciativos no fio intradiscursivo'"¹⁴. No caso dos documentos do concurso literário que examinamos, como se verá adiante, um dado interessante para pensar esses encontros e confrontos são as categorias de premiação, que passam por uma grande reformulação da 1ª. (em 2006) para a 2ª. edição (em 2008), pondo em xeque noções de gênero literário, e essa reformulação se dá como "resposta" aos textos literários, que são, por sua vez, textos enviados em "resposta" à convocatória da 1ª. edição. Por ora, digamos que a modificação nas categorias de premiação é uma tréplica institucional à réplica que a produção literária enviada na 1ª. edição configura.

Benveniste, cujos estudos enunciativos abriram possibilidades para o entendimento do material lingüístico como constituído por um exterior em jogo constante com um interior, propunha, em "Os níveis de análise lingüística" (de 1962):

¹⁴ PÊCHEUX, M. "A análise do Discurso: três épocas (1983)". In: GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 316.

Em vez de ziguezaguear com o "sentido" e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise lingüística.¹⁵

Os sentidos que estão em jogo nas enunciações (que não coincidem com os enunciados, é bom lembrar) têm a ver com o fato de que "na enunciação a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo"¹⁶. Talvez se pudesse fazer uma pequena alteração nessa formulação, de modo que soasse mais forte a abordagem discursiva adotada aqui: a língua se acha empregada *na* expressão de uma certa relação com o mundo.

Seguindo Dominique Maingueneau em recentes reflexões sobre o estatuto da noção de formação discursiva¹⁷, chegamos à noção de *posicionamento*, que supõe uma identidade instituída na dinâmica interdiscursiva, e não se confunde com uma doutrina menos ou mais elaborada, pois é algo indissociável "das modalidades de sua existência social, do estatuto de seus atores, dos lugares e práticas que eles investem e que os investem"¹⁸. Quer parecer que essa é uma forma de retomar o quadro do processo discursivo elaborado por Pêcheux em 1969.

Com a idéia de posicionamento, conjugam-se às formações imaginárias consteladas no quadro as práticas sustentadoras dessas formações e que são também por elas sustentadas. E não há como postular, aí, uma correspondência biunívoca – isso seria desconsiderar a dinâmica interdiscursiva, os atravessamentos desiguais. Creio podermos pensar que o constante movimento dos dizeres se faz nas práticas discursivas, que são

¹⁵ In: *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. I, 4 ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1995. p. 130.

¹⁶ BENVENISTE, E. "O aparelho formal da enunciação". In: *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. II. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989. p. 84.

¹⁷ Para Maingueneau, FD é uma *unidade não-tópica* da teoria, ou seja, ao contrário do que ele chama de *unidades territoriais*, é construída pelo pesquisador, orientado pelo agrupamento de enunciados profundamente inscritos na história (ver especialmente *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006a.).

¹⁸ MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006b. p.151.

legitimadas ou tolhidas pelas instituições que elas próprias legitimam ou tolhem em seu fazer, com gradações – às vezes sutis – entre os movimentos de adesão e os de rechaço. Creio podermos dizer mais: é nos interstícios desses processos de legitimação e de tolhimento que se pode procurar ver as instituições funcionando e fazendo funcionar, portanto as identidades dos sujeitos constituindo-se e constituindo aquilo que lhes dá identidade. Nesses conflitos solidários, conforme a expressão de Authier-Revuz¹⁹, se escoram as balizas que permitem reconhecer que há discursividades, que há identidades, mas também que suas dimensões e alcances escapam, derivam.

Assim é que os leitores, como os autores, são sujeitos nas práticas discursivas e não podem ser pensados senão uns em relação aos outros e às características de seu entorno, contempladas aí as idiossincrasias dos lugares que ocupam, que inclui os textos que escrevem ou que lêem e seus modos de circulação. Juntos, e não necessariamente em acordo, os sujeitos discursivos são co-enunciadores que trabalham na institucionalização de práticas, alimentando as instituições que, por sua vez, lhes dão suporte; recriam ou cultivam as imagens institucionais, ceifam-nas ou deslocam-nas, sendo eles próprios movimentados em seus lugares ou de seus lugares. Autor e leitor existem, então, como lugares correlatos, institucionalizados pelas práticas de leitura – que supõem as de escritura, sempre.

LEITURA COMO CENA DA ENUNCIAÇÃO

Com base nessas noções, podemos assumir que a leitura, como a escritura, é atividade languageira e, assim, sempre se dá entre interlocutores situados historicamente. Toda leitura é, portanto, co-enunciação, é interlocução situada também textualmente e, sendo assim, tem a ver com as questões de genericidade. Vejamos como

¹⁹ A expressão aparece em diversos textos da autora, ver, por exemplo, artigos publicados em AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade* – um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

isso se dá. Numa apresentação do *gênero* como noção fundamental dos estudos discursivos, Maingueneau abre o tópico "O gênero na Análise do Discurso" dizendo:

Se os analistas do discurso concordam em pensar que a noção de gênero tem um papel central em sua disciplina, é porque esta não apreende os lugares independentemente das palavras que eles autorizam (contra a redução sociológica), nem as palavras independentemente dos lugares de que são parte integrante (contra a redução lingüística).²⁰

Com base nisso, pode-se dizer que os gêneros do discurso estão diretamente relacionados aos posicionamentos que neles se textualizam e, assim, também lhes conferem identidade. Pensar discursivamente a cultura, suas práticas e os objetos nela produzidos supõe pensar formas de estabilização dos sentidos, o que supõe pensar limites definidores, e os gêneros assim se põem. Mas, como se disse antes, há sempre um conjunto de movimentos entre tais limites e a permanente tessitura de liames entre um "interior" e um "exterior". As fronteiras definidoras dos gêneros, assim como ocorre com os posicionamentos, estão o tempo todo suscetíveis a ameaças e a novas demarcações, condicionadas que estão ao jogo de forças estabelecidas historicamente. São um cerco prenhe de escapes.

Maingueneau propôs, já em *Gênese dos Discursos* (em 1984), que "o gênero da prática discursiva impõe restrições que se relacionam com o contexto histórico e com a função social dessa prática."²¹ Em *Novas tendências em Análise do Discurso* (de 1987), o autor fala em *coerções genéricas*, descartando a tentativa de uma tipologia:

Se há gênero a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se-á facilmente que a lista dos gêneros seja, por definição, indeterminada. Finalmente, cabe ao analista definir,

²⁰ MAINGUENEAU. D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006a. p. 233.

²¹ MAINGUENEAU. D. *Gêneses do Discurso*. Curitiba: Criar, 2005. p. 147.

em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes.²²

Segundo tais formulações teóricas, esses recortes são pautados pela *cena da enunciação*, que se constrói com base numa dêixis discursiva, definida por interlocutores, uma cronografia e uma topografia discursivas. Observando essas dimensões do discurso, é possível depreender que a "eficácia da enunciação resulta necessariamente do jogo entre as condições genéricas, o ritual que elas implicam *a priori* e o que é tecido pela enunciação efetivamente realizada"²³.

E tais condições delimitam gêneros conforme uma gradação. Alguns cercos são menos suscetíveis a escapes do que outros, e isso tem a ver com as práticas sociais que os mantêm ou os transformam. Maingueneau trata desse cerco genérico desenvolvendo as noções de *cena* e *cenografia*. A *cena genérica* "atribui papéis aos atores, prescreve o lugar e o momento adequados, o suporte, a superestrutura textual para textos de um gênero particular"²⁴; a *cenografia* é produzida pelo texto, sendo que nem todos os textos constroem uma cenografia²⁵. Textos como os de formulários administrativos costumam ter apenas uma cena genérica, já os textos publicitários requerem uma construção cenográfica: uma propaganda de cerveja, por exemplo, embora parta de certas características genéricas, precisa inventar-se uma cenografia, razão pela qual se gastam somas significativas em pesquisas que procuram captar representações que o público consumidor potencial faz de *refrescância* ou *alegria* ou outras qualidades que se hipotetizam como atributos desejáveis para o produto *cerveja*.

²² MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997. p. 35.

²³ Idem, p. 40.

²⁴ MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006a. p. 149.

²⁵ Idem, p. 150.

Com base nessas noções, Maingueneau refaz sua proposta de 1999, de três regimes genéricos: *gêneros autorais*, impostos pelo autor ou pelo editor, espaço de ação do sujeito tático; *gêneros rotineiros*, cujos integrantes têm papéis definidos *a priori* e que tendem a perdurar, dispositivos de comunicação social historicamente condicionados; e *gêneros conversacionais*, nos quais as forças restritivas horizontais predominam, e suas delimitações são das mais movediças²⁶. Passa, então, a ver os gêneros autorais como um tipo de gênero rotineiro e formula um esquema que agrupa *tipos* de texto bastante variados em apenas dois regimes de genericidade: *conversacionais* e *instituídos*. E estes últimos são os que nos interessam aqui.

Os *gêneros instituídos* "não formam um conjunto homogêneo", são "aqueles que não implicam uma interação imediata" e "podem ser distribuídos em uma escala de acordo com a habilidade do falante de categorizar sua estrutura comunicativa e, especialmente, de elaborar uma 'cenografia'"²⁷. De certo modo, todos os gêneros instituídos podem admitir traços de estilo singularizantes, isto é, manobras formais recorrentes e conjugadas, caracterizadoras de uma maneira algo peculiar de dizer o dito. Então, como há uma grande diversidade de gêneros instituídos, Maingueneau propõe outra gradação; fala em *gêneros instituídos de primeiro grau*, submetidos a pequena ou nenhuma variação, fórmulas rigorosamente preestabelecidas (lista telefônica, certidões etc.); *de segundo grau*, nos quais se espera dos interlocutores que produzam singularidades imersas em roteiros mais rígidos (noticiário de tevê, correspondência de negócios); *de terceiro grau*, que admitem variações cenográficas (como um guia de viagens apresentado em forma de bate-papo); *de quarto grau*, que permitem e mesmo requerem a invenção de *cenários de fala*, mas sem questionar as estruturas impostas

²⁶ MAINGUENEAU, D. "Discours, intertextualité, interlangue". *Champs du signe*, n. 13/14, 2002, <http://w3.univ-tlse2.fr/lla/champsdusigne/revue/no14.html>. p. 147-148.

²⁷ Idem, p. 149.

pelo gênero (propagandas, programas televisivos de entretenimento); e *de quinto grau*, que são os "mais autorais", para os quais a própria noção de gênero é problemática, e são "consequência de uma decisão pessoal, vestígios de um ato de posicionamento interior a um determinado campo, geralmente inscrito na memória coletiva"²⁸.

Em 2004, voltando às noções de cena, o autor distingue *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*, refinando a proposta dos cinco graus de gêneros instituídos. A cena englobante está ligada ao tipo de discurso: religioso, publicitário etc.; a cena genérica diferencia, por exemplo, o panfleto religioso de uma pregação e do aconselhamento de um mentor espiritual, ainda que todos esses casos suponham "macro-formas" semelhantes. Conjugadas, cena englobante e cena genérica constituem o *quadro cênico* dos textos, que é delimitado *a priori*. Quanto à *cenografia*, ela se desenvolve no curso da textualização, estabelecendo progressivamente seu próprio dispositivo de enunciação, procurando, em seu desenrolar, tornar-se convincente, instituindo a cena enunciativa que lhe dá legitimidade dentro das coerções englobantes e genéricas²⁹. Ela implica um processo circular e tem função integradora:

A noção de "cenografia" adiciona ao caráter teatral de "cena" a dimensão *grafia*. Essa "*grafia*" não remete a uma oposição empírica entre suporte oral e suporte gráfico, mas a um processo fundador, à inscrição legitimadora de um texto, em sua dupla relação com a memória de uma enunciação que se situa na filiação de outras enunciações e que reivindica um certo tipo de reemprego. A *grafia* é aqui tanto quadro como processo; logo, a cenografia está tanto a montante quanto a jusante da obra: é a cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e que em troca ele precisa validar através de sua própria enunciação³⁰.

²⁸ Idem, p. 151.

²⁹ A esse respeito, ver especialmente MAINGUENEAU, D. "Diversidade dos gêneros de discurso". In: MACHADO; MELLO (orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004b.

³⁰ MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006b. p. 253.

Se voltarmos ainda uma vez à formulação de Pêcheux para as posições-sujeito, veremos as implicações que há na terceira coluna de seu quadro: os atravessamentos desiguais que constituem os lugares enunciativos, as condições de produção que instituem os co-enunciadores à medida que enunciam e se amarram na teia interdiscursiva. No caso dos gêneros instituídos, pensando sobretudo nas práticas de leitura, toda uma tradição que De Certeau definiu como um *habeas corpus do leitor* liberta não só o corpo dos gestos de memorização, entoação e audição, permitindo novas temporalidades de contato e novas formas de apreensão dos textos, mas também liberta o próprio texto, que ganha outras possibilidades de circulação e, com isso, de organização.³¹

Sobre essa organização, podemos dizer que se dá na conjugação das coerções genéricas com o trabalho lingüístico que elas autorizam e do qual, ao mesmo tempo, dependem. No caso em foco aqui: como julgar, num concurso literário, os textos merecedores de prêmio? Em linhas gerais, os editais de convocação determinam categorias – gêneros literários. Em geral, *conto*, *crônica*, *poema*... E já aí, embora supostamente canônicas, essas categorias põem problemas interessantes sobre genericidade: o que deve fazer um autor para que seu conto seja julgado como bom conto? E um poema, como julgá-lo adequado ao que propunha a convocatória? Afinal, a seleção dos textos deverá supor que *o modo como se fez* o conto ou o poema "condiz" com o que se supõe ser um conto ou um poema... – o que recai na problemática das fronteiras.

³¹ DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Vol. 1. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

A FORMAÇÃO DE LEITORES FORMA TAMBÉM AUTORES E LEITURAS

Examinemos, agora, o Concurso Público Literatura para Todos na condição de política pública, como parte de um conjunto de ações que visam a produzir leituras para formar leitores recém-alfabetizados, sendo que, com isso, formam também autores, que são os participantes dispostos a entrar no jogo, dispostos à *illusio* da produção literária. Detenhamo-nos nisso. Voltemos a um conhecido dizer de Borges:

Dentre os diversos instrumentos do homem, o livro é, sem dúvida, o mais assombroso. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões da visão; o telefone é extensão da voz; também temos o arado e a espada, como extensões dos braços. Mas o livro é outra coisa: o livro é extensão da memória e da imaginação.³²

Isso dito, logo entendemos do que se trata: da condição espaço-temporal do humano, da materialidade da vida. Publicar textos (manuais, reflexões filosóficas, discussões científicas, crônicas, novelas...) é um modo de pôr a energia social em movimento, e nesse movimento diversos lugares são pontos nodais de uma rede. O lugar de autor é um deles, é um móbil de certas trocas. E há lugares fundamentais na legitimação da própria autoria, como é o caso do lugar de leitor. Mas é possível ver que há também uma complexa filigrana entre esses dois lugares:

convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios *textos*, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas (...) Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições.³³

³² BORGES, J. L. *Cinco visões pessoais*. Brasília: Unb, 2002. p. 11.

³³ CHARTIER, R. *Inscriver e apagar – cultura escrita e literatura*. São Paulo: UNESP, 2007. p. 12.

Consideremos ainda a atual tensão entre diferentes crenças sobre autoria. Sucintamente, pode-se dizer que a idéia do autor como um ser original, especial, a quem se devem creditar todas as rendas produzíveis a partir de sua criação, garantindo-lhe indiscutíveis privilégios, tem conseqüências diretas na distribuição de poder social; tanto assim que, para viabilizar a construção dessa "originalidade socialmente reconhecida", muito freqüentemente os autores delegam suas prerrogativas a agenciadores. É sobretudo isso o que anima as atuais discussões sobre propriedade intelectual, que põem em foco a complexa imbricação entre criação, trabalho e técnica.

No Brasil, há marcos recentes para essa reflexão: em outubro de 2003, promulgou-se a chamada Lei do Livro, que institui uma política nacional para o livro e a leitura e menciona ineditamente a *cadeia criativa*; em dezembro de 2004, no âmbito do MinC, instalou-se a Câmara Setorial do Livro, com vistas a converter as iniciativas que envolvem o livro e a leitura em política de Estado, e que deve, agora, dar lugar à implantação de um instituto ou uma secretaria específica; meses antes, em julho de 2004, no âmbito do MEC, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), dedicada à alfabetização de jovens e adultos, à educação no campo, à educação ambiental, à educação escolar indígena e a temas concernentes à diversidade étnico-racial – incumbências que estavam, antes, dispersas em outras secretarias.

Ligados a outras ações do MinC e do MEC relativas aos livros e à leitura, esses marcos são o ponto de partida de uma pesquisa que apresento sucintamente aqui, e que se pauta no tripé *formação de leitores / formação de autores / produção literária*, fazendo uma análise discursiva de dados do seguinte arquivo: documentos referentes à instituição e ao funcionamento do Concurso Público Literatura para Todos, elaborado e

conduzido pela Secad, e textos literários premiados ou agraciados com menção honrosa nas duas edições do Concurso (1^a. em 2006; 2^a. em 2008).

No que diz respeito aos documentos instituintes e regulamentadores, consideramos o Projeto Básico, que trata da proposta no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado³⁴; os Editais da 1^a. e da 2^a. edição e as Atas de Premiação, solenidades em que se retomam os critérios e os processos havidos para deliberar sobre as premiações.

Nesta oportunidade, gostaria de comentar alguns dos achados iniciais sobre como se representam os interlocutores – a si mesmos, um ao outro e em relação à produção literária. De acordo com nossas trilhas teóricas, essas representações são verificáveis nas cenas de enunciação, nas quais os autores dos textos literários replicam os termos da voz institucional convocatória e, então, dão margem às reformulações institucionais que reorientam alguns termos para a nova edição do Concurso.

Antes de mais nada, lembremos que se trata de um concurso literário que é parte de um projeto maior. Em linhas gerais, podemos dizer que pretende compilar textos de gêneros diversos com vistas a compor um conjunto de leituras literárias de referência para jovens e adultos recém-alfabetizados, a ser distribuído também na rede de bibliotecas públicas no Brasil e noutros países de língua portuguesa, conforme acordo da CPLP. Portanto, há já uma cena englobante a condicionar as produções: trata-se de produzir literatura para o público dito de *neoleitores*. Ora, está claro aí que se entende a literatura como formadora ou, pelo menos, como parte do conjunto de textos que uma política de formação de leitores deve oferecer. Caberia, então, perguntar por que não se optou, por exemplo, por coletâneas de autores consagrados.

³⁴ Desdobramento do Projeto Leituração, criado em 2003, e ligado aos Projetos Agentes de Leitura e Ler também é uma paixão, propostos pela UNESCO, numa articulação que visa implementar uma política de acesso à leitura para os recém-alfabetizados (Edital n. 02/2007/SECAD/MEC, Brasília, 20 jun. 2007).

A análise do arquivo de base permite inferir que a própria produção dos textos é já etapa da formação de leitores, na medida em que abre possibilidades a autores não consagrados e, mesmo os que são, se participam, é porque se submetem a uma produção especificada por uma voz institucional, conforme os fins a que destina esses textos. Pode-se dizer que essa idéia está anunciada no nome do concurso: Concurso Público Literatura para Todos – o processo é *público* (todo o material a ele concernente está à disposição de qualquer interessado) e destina-se a *todos* os leitores e autores, isto é, a todos aqueles que se puserem nesses lugares. Confirmam essa orientação outros dados, como a novidade que o edital de convocação da 2ª. edição traz: "será selecionada uma obra, de qualquer uma das modalidades acima, de autor natural de país africano de língua portuguesa".

Vejamos como essa orientação *para todos* se define condicionada pelo fim último dos textos, por certas concepções de literatura e também de certos lugares e funções sociais a ela relacionados:

A criação de obras literárias deve considerar a especificidade dos neoleitores, jovens e adultos, procedentes do programa Brasil Alfabetizado, procurando observar os seguintes aspectos:

- A concepção do texto deve apresentar uma narrativa literária atraente, destinada à captura do neoleitor, não se confundindo com objetivos escolares de ensino da língua e da gramática, e não contendo recomendações de conduta moral ou religiosa.
- Os textos literários devem encarnar leituras do mundo em que texto e contexto histórico e social estejam entrelaçados com clareza e visibilidade.
- Os textos literários devem favorecer o envolvimento afetivo do neoleitor, comunicar a compreensão, o entendimento e a crítica.
- Recomenda-se, na construção dos textos, em todos os gêneros, a leveza e a invenção poética, e assim aglutinar forças para o enfrentamento dos problemas e limites da realidade.
- Considerada a Literatura como a forma em que se fazem presentes e preservadas as ricas tradições orais da língua e da cultura, o objetivo deste edital, portanto, é constituir e colocar ao alcance dos neoleitores uma

pequena biblioteca que propicie o desfrute efetivo e permanente dos benefícios inerentes aos usos da língua escrita.³⁵

Mas há mais. Pois o concurso deve, com base nisso, propor algo mais restritivo; precisa objetivar tanto quanto possível a avaliação dos modos de atualizar essas concepções nos textos; precisa definir categorias de premiação e os critérios de análise e julgamento. Vejamos as categorias propostas no Edital da 1ª. edição:

1. Conto ou novela; **2.** Crônica; **3.** Poesia; **4.** Biografia ou relato de viagem; **5.** Ensaio ou reportagem; **6.** Textos da tradição oral; **7.** Esquetes, scripts, peças teatrais, roteiros de vídeo, cinema, quadrinhos; **8.** Texto utilizando linguagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como e-mails, blogs, comunidades virtuais, grupos de discussão etc.

Confrontando as categorias propostas com as premiações havidas nessa edição, verificamos que não houve prêmio na categoria 8, o que nos dá pelo menos duas notícias: a primeira é de uma proposta inovadora em termos de gênero, pois a inclusão de textos que usam TICs de certo modo renova a discussão sobre gêneros literários; a segunda concerne à réplica da produção literária à convocatória institucional, isto é, do trabalho dos autores que se candidataram a participar do projeto diante dessa proposta inovadora – podemos inferir que não houve inscrições nessa categoria ou ela foi compreendida de modos distintos pelos que nela se inscreveram e os que a formularam e fizeram a seleção dos textos.

A seguir, confrontemos tais categorias às que foram propostas na convocatória da 2ª. edição:

1. Prosa (Conto, Novela ou Crônica);
2. Poesia;
3. Biografia;
4. Textos da tradição oral (no formato de verso ou prosa).

³⁵ Texto constante do Edital da 1ª. edição, veiculado em 2005, e também no Edital da 2ª. edição, veiculado em 2007.

Vê-se que houve "ajustes" no curso da interlocução entre documentos institucionais e produção literária concorrente. As novas categorias deixam claro que os regimes de genericidade são cambiantes e dependem de acordos entre interlocutores, sendo tais acordos firmados conforme certas memórias discursivas e certas condições de produção, como vimos. No caso em tela, nas formas de inscrição dos textos literários vemos como respondem à convocatória interpretando seus termos. E, então, nas premiações e nas modificações que aparecem no Edital da 2ª. edição, podemos ver como a instituição responde a essa interpretação.

Vejamos o caso dos critérios de análise (triagem inicial) e de julgamento (premiação):

critérios de análise e julgamento		pontuação máxima
A	Adequação ao gênero literário indicado para concorrer	20
B	Presença característica de literariedade	20
C	Coerência temática e originalidade	20
D	Escrita original utilizando linguagem expressiva que estimule a imaginação e a reflexão	20
E	Narrativas que permitam o fluxo do pensamento, contribuindo para a construção da consciência individual, social e ética	20
G	Pontuação total	100

Não há dúvida de que a "adequação ao gênero" supõe muita conversa entre os membros da comissão selecionadora e da banca julgadora. Assim como a noção de "literariedade" carece de mais fina delimitação, e também as noções de "originalidade", "linguagem expressiva", "construção da consciência"... São critérios, e há que tê-los. Mas vê-se quão escorregadios podem ser. Afinal, são mesmo movediças as fronteiras dos gêneros.

Decerto por isso é que outros indícios de restrição vão se somando a esses, sempre com vistas a cercar o que, ao fim e ao cabo, não se dá totalmente ao cerco. Na ata da reunião de seleção das obras da 1ª. edição³⁶, dentre outras diretrizes, vemos:

A Comissão Julgadora considerou, ainda, face à importância de constituição de um novo campo de produção literária voltado para neoleitores, e também face a resultados de avaliações diagnósticas recentes sobre programas do próprio MEC de distribuição de livros de literatura no ensino fundamental, ser indispensável recomendar alguns cuidados em relação aos desdobramentos do Concurso, que incluem publicação e distribuição das obras. Desse modo, recomendou ao MEC que as obras premiadas e indicadas para *Menção Honrosa*, antes de publicadas, passem por rigoroso trabalho de edição e editoração, visando à, inclusive, melhor adequação ao público-alvo.

Há um projeto de produção e circulação imbricando escritura e leitura e, tanto no que o Concurso fomenta quanto no próprio funcionamento do Concurso, co-enunciadores constroem uma instituição (o Concurso Público Literatura para Todos), ocupando lugares (de autores e de leitores) que se refazem no curso da interlocução. Vê-se isso, por exemplo, no caso de uma das menções honrosas concedidas na 1ª. edição, trata-se de um ensaio (categoria suprimida na 2ª. edição) intitulado "Por que ensinar literatura para quem carrega saco nas costas?", de Sônica Batista e M. Lúcia Soares, que foi indicado pelo MEC aos programas de formação de alfabetizadores e professores de educação de jovens e adultos (EJA).

³⁶ Na ata da Reunião de Seleção das Obras do I Concurso Literatura pra Todos, lê-se: "3392 obras inscritas; 1292 excluídas por não atenderem às características técnicas definidas no item 2.6 do Edital; 2100 enquadradas nos critérios técnicos seguiram para uma etapa de pré-seleção, que foi efetuada por uma comissão de quatro membros (...)". Item 2.6: "No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar o trabalho da seguinte forma: 03 (três) cópias impressas e uma em disquete; - formatação: entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) laudas, papel A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, entrelinhas: 1,5, com todas as páginas numeradas, com título da obra, inscrita sob pseudônimo, sem texto de apresentação, texto de orelha ou prefácio."

Em debate conduzido na Radio France (em 1985), num programa sobre a leitura como uma prática cultural, P. Bourdieu aborda a problemática do livro dizendo que:

entre as condições que devem ser preenchidas para que um produto intelectual seja produzido, está a produção da crença no valor do produto. Se, querendo produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo de crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza morta, se não produzo isto, não produzi nada, apenas uma coisa.³⁷

São as práticas, inclusive as discursivas, que produzem crenças novas ou mergulham os sujeitos nas crenças que já seguem curso. Em resumo, no caso do Concurso Público Literatura para Todos, vemos que a construção dos quadros cênicos e das cenografias é constitutiva dos documentos institucionais e dos textos literários e, na mesma mão, constituem-se na relação entre as posições-sujeito aí formuladas.

Importa, agora, investigar nos textos literários – e não só nos premiados – como se representam, buscando atender às coerções genéricas da categoria em que se inscrevem e, ao mesmo tempo, às outras restrições impostas pelo funcionamento institucional do Concurso, trabalhando em manobras que pretendem ser vistas como singularidades dignas de nota. De novo será o caso de observar como os modos de dizer se conjugam às condicionantes genéricas. Mas isso será assunto para outra ocasião.

READERS, AUTHORS, READINGS

Abstract: Based on recent methodological follow-ups of Discourse Analysis, we attempt to put into evidence the *modes of speaking*, examining, by the light of the relations between genre coercions and language uses, how the representations among interlocutors take part in social practices, configurating the *enunciative scenes*. We focus here the public contest Literatura para Todos (2006 e 2008).

Key-words: reading, authorship, enunciative scenes

³⁷ In: CHARTIER, R. (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 239-240.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Vários tradutores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Vários tradutores, revisão Isaac Nicolau Salum. 4 ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Vários tradutores, revisão Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.
- BORGES, J. L. *Cinco visões pessoais*. Trad. M. Rosinda Silva. Brasília: UnB, 2002.
- BOURDIEU, P. *Lições de aula*. 2. ed. Trad. Egon Rangel. São Paulo: Ática, 1994.
- CHARTIER, R. *Inscriver e apagar – cultura escrita e literatura*. Trad. Luzmara Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.
- _____. (org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento, revisão Angel Bjadsen. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político – derivas da fala política*. Org., sel. e trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DE CERTEAU, M. (1990) *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Trad. Ephraim Alves. Vol. 1. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Pêcheux*. Vários tradutores. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- LANGAGES, n. 164, dez. 2006. Paris, Centre Nacional du Livre. Dossier La révision de texte. Méthodes, outils et processus.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Vários tradutores. Curitiba: Criar, 2006a.
- _____. *Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006b.
- _____. *Gêneses do Discurso*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Retour sur une catégorie: le genre*. In ADAM; GRIZE; BOUACHA (orgs.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004a, pp. 107-118. Collection Langages.
- _____. *Diversidade dos gêneros de discurso*. Trad. Lopes, Machado e Mello. In MACHADO; MELLO (orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004b, pp. 43-58.

_____. Discours, intertextualité, interlangue. In *Champs du signe*, n. 13/14, pp. 197-210, 2002. Disponível em <http://w3.univ-tlse2.fr/lla/champsdusigne/revue/no14.html> (último acesso, março/2007).

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Solange Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

PECHEUX, Michel. (1983) *O discurso – estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 2002.

POSSENTI, Sírio. "Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas". In MUSSALIM & BENTES (orgs.). *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-392.

SALGADO, L.S. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2007.

WOODMANSEE, M.; JASZI, P. (eds.). *The Construction of authorship – textual appropriation in law and literature*. London: Duke University Press, 2006.